

SESSÕES DO PLENÁRIO

26ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de novembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. YULO OITICICA (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão, convocada com o objetivo de apreciar os projetos de lei nºs 20.488/2003 e nº 20.489/2003.

Não há expediente a ser anunciado. Não há manifestação de orador no Pequeno Expediente. Não há manifestação de orador no Grande Expediente.

Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PSL-PP, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não havendo orador, concedo a palavra ao nobre Líder...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem, deputado Adolfo

Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, a verificação de quórum foi solicitada faz 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Esta é outra sessão, deputado. Portanto, ele tem direito.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Tudo bem.

Então, como há um pedido de verificação de quórum formulado pelo deputado Adolfo Viana, solicito que os deputados da base do governo compareçam ao Plenário e marquem suas presenças para a continuidade desta sessão extraordinária convocada para votar dois importantes projetos do Executivo que tratam de assuntos de interesse do servidor público, assim como a doação de terreno ao Ministério Público.

Portanto, Srs. Deputados, compareçam ao Plenário para que possamos atender ao pedido de verificação de quórum do deputado Adolfo Viana e dar continuidade a esta sessão importante de votação de projetos do Executivo.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a também será atendido, deputado Carlos Brasileiro.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, há um pedido de verificação de quórum de continuidade da sessão. Solicito que os Srs. Deputados compareçam ao Plenário para continuidade da presente sessão.

Solicito que se zere o painel.

Há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão formulado pelos deputados Adolfo Viana e Carlos Brasileiro. Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que se encontram nos seus gabinetes, na sala do cafezinho ou nas demais dependências deste Poder compareçam ao Plenário deste Poder compareçam ao Plenário. Já temos 13 deputados, número da sorte. Senhoras e Srs. Deputados, por favor, ao Plenário. Há um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão. Temos apenas 17 deputados.

Quórum restabelecido. Portanto, temos quórum para a sessão continuar.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, falará o deputado João Carlos Bacelar por todo o tempo.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sras. Deputados, Srs. Deputados, novamente a Liderança do Governo submeterá, hoje, os seus deputados e também os deputados da Oposição a uma verdadeira tortura chinesa. O Sr. Líder do Governo não permite que as comissões discutam os projetos; o Sr. Líder do Governo

não dá espaço nas sessões ordinárias para que discutamos os projetos de interesse da sociedade, e aí, no afogadilho, na pressa, atropelando tudo e todos, deputada Fátima Nunes, submeterá a Bancada – que não tem número para votar – a uma verdadeira tortura chinesa, sem acordo, nos forçando a uma obstrução que, apesar de ser um instrumento parlamentar para as minorias...

É uma Bancada de Governo que não discute, que não conversa, uma Bancada de Governo que esqueceu os velhos tempos dos protestos, os velhos tempos das manifestações, uma Bancada que se especializa em tomar chá nos gabinetes, nas antessalas de gabinetes de secretários de Estado, uma Bancada que transformou a Assembleia Legislativa da Bahia apenas numa Casa de homologação, numa Casa que não debate, numa Casa que não exerce o seu papel.

Temos deputados com alto grau de embasamento acadêmico e ideológico, como é o caso do deputado Zé Raimundo. O deputado Zé Raimundo, que tem conhecimento acadêmico e ideológico e entende de ciência política, deu uma aula, hoje, sobre as grandes questões que se discute no Parlamento nacional, deu uma lição sobre os grandes temas, mas ele, na Assembleia Legislativa da Bahia, contribui, junto a mais 46 outros deputados, para o enfraquecimento do Legislativo; ele não vem para o debate, não porque falte conhecimento – muito pelo contrário, o deputado Zé Raimundo tem amplos conhecimentos para debater em qualquer fórum –, mas fica calado porque o Líder do Governo, o deputado Zé Neto, não deixa! Ah, se o deputado Zé Raimundo vier a esta tribuna, é uma confusão, ligam para o Palácio de Ondina, ligam para o gabinete do governador. É assim que a Bancada do Governo funciona!

A Sr^a Luiza Maia:- V.Ex^a está enganado, deputado João Carlos Bacelar. V.Ex^a está falando da Prefeitura de Salvador!

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- A Prefeitura de Salvador, deputada Luiza Maia, tem dado demonstrações de uma alta relação com a Câmara de Vereadores, com o Poder Legislativo. Eles discutem! Eles discutem, aprofundam os temas, vêm a público discutir as ideias, e não ficam, deputada Luiza Maia, insuflando da Bancada sem vir para um bom debate. Um bom debate, por exemplo, deputado Capitão Tadeu, é a taxa de incêndio. Esta Assembleia aprovou, na pressa, no afogadilho, em dezembro de 2012, uma taxa de combate a incêndio.

Como tudo no governo é feito às pressas, sem o devido estudo técnico, aprovaram uma taxa de incêndio que tem como base de cálculo o consumo de energia elétrica. Primeiro absurdo: um posto de gasolina, por exemplo, que tem um potencial, um risco de sofrer um incêndio muito maior do que um estabelecimento comercial, e consome menos energia do que uma loja, um supermercado, paga menos taxa de incêndio.

Chegou ao absurdo de haver empresário pagando este ano R\$ 1.200.000,00 de taxa de incêndio. Não tem um gatilho, um limite. Com certeza, deputado Zé Raimundo, há problemas seríssimos, hoje, na área empreendedora de Vitória da Conquista depois da cobrança da taxa de incêndio. Uma taxa que já teve a sua cobrança suspensa pela Justiça da Bahia, porque usa como base de cálculo um indexador que é ilegal e antieconômico.

Para que vocês tenham uma ideia, o Corpo de Bombeiros da Bahia, hoje, tem um orçamento de R\$ 3.000.000,00 para investimentos. Dizem os técnicos e os oficiais daquela corporação que se esse orçamento fosse R\$ 38.000.000,00, nós teríamos um Corpo de Bombeiros à altura do da cidade de Boston, que têm um Corpo de Bombeiros referência no mundo. Essa taxa pode render aos cofres do governo do Estado R\$ 300.000.000,00 por ano. O que será feito com esses R\$ 270.000.000,00? Cobrir o buraco do déficit irresponsável que fizeram nas finanças estaduais.

A Bahia é, hoje, o único Estado do Brasil em que o Corpo de Bombeiros está subordinado à Polícia Militar. A Bahia é o único Estado do Brasil que não tem um código de combate a incêndio. Há estados brasileiros, deputado presidente Yulo Oiticica, que têm esse código há mais de 60 anos, e a Bahia não tem. O governo não se preocupa com a estruturação do Corpo de Bombeiros; não se preocupa em adotar o código de combate ao incêndio. Mas preocupa-se, simplesmente, com a arrecadação. E uma arrecadação que não irá acontecer, porque quatro liminares já foram dadas pela Justiça baiana. São 75 entidades que estão se preparando para entrar na Justiça contra essa taxa escorchantes. Contra essa taxa que veio apenas para encher os cofres do Estado.

Segundo relatos do Líder do governo, o próprio governador se diz surpreso com a taxa instituída por esta Casa, que não tem limites. Qualquer taxa, até do Poder Judiciário, seja qual for o valor da causa ou da ação, tem um limite, mas a taxa de incêndio não tem. Ninguém está preocupado com o segmento produtivo do Estado.

E não era nem para agradar o governador, porque, pelo o que os empresários relataram aqui, o governador mandou que se aperfeiçoasse. Mas estavam interessados era em agradar ao secretário da Fazenda de plantão, que fez uma lei que não vai poder ser executada porque é uma lei injusta, uma lei que não tem cobrança.

Na Bahia temos cinco milhões e trezentos mil contribuintes de conta de luz. Essa taxa de incêndio atinge 20 mil contribuintes, quando poderia estar sendo diluída entre mais cinco milhões duzentos e oitenta mil. Então, por tudo isso, nós não vamos permitir essa escorcha.

A Oposição, para votar o projeto que cria o fundo de combate a incêndios na Bahia, primeiro quer a revogação desta própria lei. Segundo, a independência do Corpo de Bombeiros em relação à Polícia Militar. Terceiro, a autonomia administrativa e financeira do Corpo de Bombeiros. E, por fim, a Oposição exige que o Executivo encaminhe à Casa um código de combate a incêndios.

Quando tivemos, no início do ano, a tragédia em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foi uma consternação geral. Televisões passavam o dia todo reprisando, até de forma macabra, aquele episódio. Quando passa, todo mundo esquece. Acabam as sessões especiais, as audiências públicas, na espera de que outro fato de grande gravidade ocorra.

Por isso, nós temos de chamar atenção para mais essa barbearagem do governo do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, ou do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria, ou do Bloco Parlamentar PMDB/PSB, para falar ou indicar orador por até 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falarei por todo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concedo a palavra ao deputado Bruno Reis pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputadas e deputados, todos da imprensa, os que nos assistem através da *TV Assembleia*, venho à tribuna para fazer coro ao pronunciamento do nobre deputado João Carlos Bacelar. No ano de 2012, quando ele não estava nesta Casa, foi encaminhada ao Executivo uma lei que mexia no imposto “causa mortis”. No bojo dela, no seu Art. 9º, a criação dessa taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios. O que é isso? É uma taxa que se iria cobrar dos condomínios, das indústrias, das empresas, por uma possível ou potencial utilização. A nosso ver, nobre presidente, taxa tem que ser paga mediante uma contraprestação.

Nobre deputada Kelly Magalhães, o Corpo de Bombeiros de Barreiras, recentemente, não tinha caminhão para apagar incêndio. V.Ex^a sabe que não tinha, foi entregue recentemente. Foi por esse e outros motivos que a situação chegou ao ponto de o comércio se reunir e fazer uma vaquinha para comprar bicicletas para a Polícia Militar andar. Foi ou não foi, Kelly? Não faço política faltando com a verdade. Lá em Barreiras o comércio se reuniu, fez uma vaquinha e comprou bicicletas para a PM realizar ronda. Se tivesse incêndio das margens do São Francisco para cima, não tinha um carro para apagá-lo.

Então, a estruturação dos bombeiros é justa. Porém, não pode, mais uma vez, a população pagar a conta até porque a taxa é cobrada mediante a contraprestação de serviços públicos ou de benefícios, ou seja, você utilizou o bombeiro... Vamos dizer que houve um incêndio lá em Monte Santo em uma loja comercial e utilizou o carro de bombeiros. Pode, até, se pagar. Isso não é justo, porém, é admissível até que se cobre pela utilização. Mas o que se cobra, através desta taxa de incêndio, é o potencial de utilização. Isso é pior do que o plano de saúde, porque o plano de saúde se paga todo o mês e se pode utilizar ou não. Mas se um dia precisar, o plano de saúde está lá.

No caso da taxa de incêndio, que está sendo cobrada, esta é uma taxa que, sob este aspecto, é inconstitucional. Além do mais, é uma taxa para o universo de contribuinte que, também, o torna inconstitucional.

E, justamente por isso, quatro entidades de classe daqui da Bahia – Abase, Sindsuper e outros – já entraram com as devidas ações cautelares e conseguiram essas liminares suspendendo, para os casos específicos, a cobrança desta taxa.

Nós vamos entrar com a ação direta de inconstitucionalidade para suspender a

cobrança de todos que estão sendo, indevidamente, acionados.

O PTN, através do deputado João Carlos Bacelar, já se dispôs a favor. Quem o fará será o PTN nacional, porque o partido tem legitimidade para ingressar com ADIn direto no Supremo Tribunal Federal. Assim, também, os partidos políticos, que compõem a Oposição aqui na Bahia, irão ingressar, em conjunto, através de ação aqui no Tribunal de Justiça para, de uma vez por todas, suspender a cobrança dessa taxa.

Inclusive, tal fato já é reconhecido pelo governo como feito de forma equivocada. Mas, agora, o governo não admite a possibilidade de encaminhar outro projeto a esta Casa, porque teria de cobrar de todos os cidadãos com base em seu consumo de energia. E o governo já anda com a popularidade baixa e com forte rejeição nas ruas, portanto, ele não tem, hoje, mais capacidade de bancar politicamente a criação de mais uma taxa que atingisse toda a sociedade, em especial, a classe média que já não suporta mais pagar por serviços públicos.

O Líder do Governo, Zé Neto, já reconheceu como equivocados os cálculos utilizados para pagamentos dessas taxas. Esperava-se limitar as cobranças em, no máximo, R\$ 6 mil reais.

No entanto, já há casos como o de empresários com quem tivemos a oportunidade de conversar hoje. Vamos realizar um debate mais amplo, na próxima semana, na Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, presidida pelo deputado João Carlos Bacelar. E, aí, quero convidar todos os deputados para que cada um pudesse expor e relatar.

Existe empresário que, para ele, está sendo cobrado uma taxa de R\$ 1 milhão! Hoje, havia, aí, um grupo de empresários que, em seus cinco estabelecimentos comerciais, totalizavam R\$ 94 mil.

Estive, na semana passada, com a nova direção do Jaar Andrade que me disse que já estava sendo cobrado a ele a taxa de R\$ 5 mil por área. E como eles têm, lá, três áreas, estavam cobrando por todas elas e as mesmas perfazem um total de R\$ 15 mil.

Fui ao Tribunal de Contas dos Municípios na semana passada. Quando adentrei ao gabinete de um conselheiro, deputado João Carlos, havia dois assessores que eram síndicos de prédio. Quase saio de lá expulso. A minha sorte era o fato de ser deputado de Oposição e havia votado contra esta lei que a Base do Governo, mais uma vez, na calada noite, quer pegar a todos de surpresa e aprovou, aqui, ao final de 2012. A Oposição gritou. O nobre Líder Paulo Azi gritou e chamou a atenção para a criação de mais essa taxa, mas muitos dos deputados da Base do governo votaram e não sabem nem no que votaram.

Quando fui explicar, tive que dizer que a Oposição votara contrariamente e que estávamos indo à Justiça para entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Foi nesse momento que eles aceitaram ouvir-me sobre o problema técnico que uma prefeitura apresentava, senão eu não sei nem se seria escutado o pleito que iria apresentar ante a repulsa e a revolta que há hoje.

Um condomínio, aqui citado, com 10 apartamentos, vai pagar uma taxa de incêndio de R\$ 400,00. Noutro caso específico, será de R\$ 600,00. Aí, todo mundo

reclama porque já não suporta mais tanto aumento de imposto, tanta taxa.

Nobre deputado João Carlos Bacelar, é importante essa iniciativa do PTN de entrar no Supremo com uma ação. Está aqui o presidente do DEM, nobre Líder Paulo Azi. A assessoria da Minoria já está preparando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para ingressar com ela na Justiça do Estado. Então, se o DEM puder associar-se em âmbito nacional é muito importante, mas se puder associar-se aqui, no Estado... Acho que DEM, PMDB, PSDB, PTN, todos os partidos, nobre Líder Adolfo Viana, devem ingressar na Justiça para suspender a cobrança dessa taxa, que é assunto hoje porque foi aprovada no ano passado e a população não teve conhecimento disso. A Assembleia fez isso na calada da noite. A mídia nem repercutiu, nobre Líder Tom. Quando, agora, começaram a receber os carnês é que todo mundo tomou um choque. Tem gente achando que é taxa da prefeitura.

E a justificativa dessa taxa é a reestruturação e a independência do Corpo de Bombeiros. Dos 27 estados da Federação, somente em quatro o Corpo de Bombeiros ainda é vinculado à estrutura da Polícia Militar. Mas nos outros três já está aprovada mudança e a partir do ano que vem o Corpo de Bombeiros passa a ter autonomia. Então, a Bahia será o único estado em que ficará vinculado, subordinado à Polícia Militar.

Portanto, o Corpo de Bombeiros não tem autonomia, e o nobre deputado Tadeu defende a autonomia da corporação porque acha que é importante. Nós também defendemos, pois tem que haver a autonomia e mais aplicação de recursos públicos. Mas não pode o governo, mais uma vez, como faz corriqueiramente na questão da água – sob a justificativa de ampliar o sistema da rede, aumenta a conta da água acima do índice da inflação, que é o que Wagner vem praticando ao longo desses anos –, fazer a mesma coisa com o Corpo de Bombeiros. Cada vez que precisar oferecer um serviço vai-se criar uma taxa ou se pretende reajustar, ou ajustar, a estrutura administrativa?

Então, queria nobre presidente, convocar todos e convidar para a audiência pública que vamos realizar na próxima quarta-feira aqui, na Casa, para discutir esse assunto, porque a população baiana não aguenta mais pagar taxas, e esse não é o caminho correto para o governo sair da ruína em que estão as finanças públicas. A população não pode pagar o preço pela má gestão, pelo inchaço da máquina pública e, infelizmente, pelo aparelhamento da máquina pública que levou o Estado a estar quebrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador, por até 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do DEM para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Por todo o tempo, falará o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Carlos Geilson, V.Ex^a dispõe de até 12 minutos.

Mas antes de V.Ex^a começar, permita-me...

Quero, deputado Adolfo, estando na presidência, declarar a minha admiração e respeito pelo seu pai. Foi mais uma injustiça que o mundo da política sofreu quando seu pai foi incriminado, denunciado de forma irresponsável. Convivi com seu pai aqui em lados opostos, quando ele presidiu esta Casa com muita maestria, com muita seriedade. Portanto, quero aproveitar e fazer, estando na presidência, a declaração de admiração e respeito ao nobre homem público baiano que é o pai de V.Ex^a. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Yulo Oiticica, Srs. Deputados e Deputadas, o deputado Yulo tem passado aquelas dificuldades, aquelas agruras, com perseguição ao seu grupo político em Feira de Santana, mas tem resistido bravamente às perseguições do Líder maior do seu partido naquela cidade.

O deputado Alan Sanches lançou, na segunda-feira pela manhã, a candidatura do secretário de Saúde Jorge Solla ao governo da Bahia, na medida em que já “jogou a toalha” que Otto Alencar não será candidato, foi defenestrado, e o candidato será mesmo Rui Costa. Mas, no último suspiro, como uma tentativa e uma forma de ser gentil com o secretário Jorge Solla, lançou-o candidato ao governo do Estado da Bahia. Logo Jorge Solla, que é um “poço” de arrogância, de prepotência! Imaginemos se este Estado fosse comandado pelo secretário Jorge Solla! Os deputados seriam tratados à base do chicote, com azorrague ele governaria este Estado.

Além de ser prepotente e arrogante, o secretário Jorge Solla não paga ninguém. Pelo menos é a matéria que está no site, nos jornais, dizendo que “Fornecedores de hospitais prometem novo boicote à Sesab por dívida de R\$ 150 milhões”. Diz a matéria: *“Os fornecedores de materiais hospitalares e alguns medicamentos que costumam trabalhar com a Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) prometem realizar um novo boicote às licitações da pasta, que serão realizadas para preencher os estoques da rede pública. Sem avanço desde as negociações e protestos em setembro, conforme noticiado pelo Bahia Notícias, empresários do setor decidiram boicotar o governo do Estado até que seja quitada a dívida. Se, em setembro, as empresas apontavam um débito superior a R\$ 20 milhões, agora o valor passaria de R\$ 150 milhões, o que não pode ser precisado pela falta de acesso às contas da Sesab.”*

Então, um mau pagador. Um mau gestor. É esse que o deputado Alan Sanches defende a ser o candidato do governador Jaques Wagner?

Bom, eu não me oponho que seja Jorge Solla, Rui Costa... Aliás, quem vai

decidir é o governador Jaques Wagner, que é uma decisão de baixo para cima, e nós da Oposição não temos preferência. Vamos enfrentar qualquer candidato. Seria bom Jorge Solla porque é fácil desestabilizá-lo. Participei de um debate com ele em Feira de Santana e ele mostrou despreparo. Levou uma hora atacando-me, acusando-me de fazer parte do governo carlista. Nunca exerci um cargo! Nunca exerci um cargo no governo carlista!

Agora, a deputada Luiza Maia fala em puxa-saco, ela que entende melhor do que ninguém, que anda grudada no “saco” deste governo... Então, ela deve estar falando porque tem conhecimento de cátedra, tem doutorado em puxa-saquismo. Eu apenas era eleitor, como cidadão que tem as suas condições legais comparecia às urnas, escolhia e votava. Simplesmente isso, e nunca fiz parte de nenhum governo carlista.

A minha preocupação é, justamente, a Bahia cair nas mãos de um senhor como esse. Não vou chamá-lo de caloteiro, não estou chamando de caloteiro, só estou dizendo que a Secretaria da Saúde não paga! Porque o Instituto Sócrates Guanaes, que geriu o Hospital da Criança, alega que recebeu um toco. Não é assim que se chama quando alguém não paga o outro, acerta e não paga? É toco que se chama? Então, recebeu um toco. A Secretaria da Saúde tem uma dívida com médicos, com profissionais que atuaram no hospital e que estão reclamando, querem receber o dinheiro. Só que o Instituto disse que a Secretaria da Saúde não repassou.

Então, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, essa é a situação: a Secretaria da Saúde da Bahia não paga ninguém! E quem já tem o hábito de não pagar, isso já é uma coisa que está arraigada no Secretário Jorge Solla. Não pagou o Instituto Sócrates Guanaes, não paga agora a fornecedores, só não falta na Secretaria da Saúde é o aparelhamento da máquina para fazer a campanha do deputado federal Jorge Solla! Lá não tem faltado recursos, não tem faltado as benesses para quem se propõe a votar no Secretário Jorge Solla.

O Sr. Bruno Reis:- Com um aparte, deputado?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Meu caro deputado Bruno Reis, que bom vê-lo e ouvi-lo! Deputado jovem, aguerrido e que Salvador reconhece, por onde passo na periferia ouço falar muito bem no seu nome, o seu trabalho se espalha, se esparrama, se enraíza por esta capital por onde V.Ex^a faz política.

Concedo o aparte com muito prazer, deputado.

O Sr. Bruno Reis:- Muito obrigado, nobre deputado, pelo aparte, queria eu que meu nome corresse tanto assim como o seu corre em Feira de Santana.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Estou correndo lá é atrás de voto. (Risos).

O Sr. Bruno Reis:- Eu ando por Feira, acho que mais do que V.Ex^a anda por aqui, porque todos os caminhos nos levam a Feira de Santana, então, sempre passo por lá. Queria eu ter o nome aqui em Salvador que V.Ex^a tem lá em Feira de Santana! Sem sombra de dúvida, pelo trabalho e pela história que V.Ex^a tem e em especial pelo grande trabalho que faz à frente da comunicação daquela cidade.

Jorge Solla é mais um caso de tantos outros dirigentes de órgãos que são candidatos a deputados. O Secretário de Desenvolvimento Urbano, Cícero Monteiro,

é candidato a deputado. O Secretário de Comunicação é candidato a deputado. O Secretário de Saúde é candidato a deputado. Todos os três candidatos a deputados federais.

O Secretário de Agricultura é candidato a deputado estadual. O Secretário do Desenvolvimento Regional é candidato a deputado estadual O presidente da CAR é candidato a estadual.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Tem o Bobô, da Sudesb, que é candidato.

O Sr. Bruno Reis:- Quando você soma as candidaturas, são mais de 50% dos cargos. Todos candidatos: superintendentes, diretores de órgãos, são candidatos a deputados estadual ou federal. Então, o Governo não governa há muito tempo, está todo mundo em campo fazendo política, fazendo pré-campanha, correndo atrás dos votos, e o que me dá pena são os deputados aqui da base do Governo, presos aqui, tendo que votar os projetos, enquanto os dirigentes dos órgãos estão nas bases deles cooptando os eleitores e os apoios políticos.

Então, não tem como um Governo desse dá certo. Cada secretaria tem seu partido, cada partido tem seu candidato, joga para seu time. Aqui a secretaria joga para o time do partido, não tem programa de Governo, planejamento estratégico, metas, prazos para cumprir. O que é isso? Não tem como falar isso aqui no Governo do Estado, não! O que se tem efetivamente é um QG. Lembrem-se da época de gincana? Cada gincana tinha um QG. Cada secretaria é um QG de um partido, e ali está a serviço de um partido para funcionar a favor de um partido, e vamos ver como é que vai ficar esta Casa a partir de 2015.

Tantos deputados aqui aliados, fiéis ao Governo que às vezes varam a madrugada aqui para votar os projetos, sempre dizendo amém, balançando a cabeça em favor dos projetos do Governo. Muitos até votando contra a sua categoria.

Já vi aqui deputado professor votar contra o professor, já vi aqui deputado da Segurança Pública votar contra os servidores da área, exceto o único nome que honra o servidor público nesta Casa, o nobre deputado Capitão Tadeu. Este, sim, pela postura que tem vai ser federal. Também por ter mantido a sua coerência e, acima de tudo, o compromisso com a classe que representa neste Parlamento. Inclusive ela o está conclamando a ser candidato a deputado federal. Vai ser o federal mais votado da coligação PSB e Rede, e talvez outros partidos possam compô-la.

Isso aqui é uma passagem. Ouço muito o deputado Tadeu falar isto: “Hoje estou deputado e amanhã posso não estar, mas volto a ser militar. Como é que vou votar contra o interesse da minha categoria se amanhã estarei lá entre eles?”

Então, deputado Carlos Geilson, o que V.Ex^a faz da tribuna é chamar atenção para mais uma candidatura do governo para a utilização da máquina pública. Nisto aí eles são campeões: política, usar a máquina pública, ir para as bases cooptar votos, comprar votos, oferecer obras, benefícios em troca de apoio político. E aí não tem igual! O PT, meu irmão, é campeão!

Parabéns por ter vindo a esta Casa denunciar um episódio triste como esse!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Ia pedir para o deputado Yulo restabelecer meu tempo com a fala do deputado Bruno Reis. Mas quero arrematar dizendo que,

enquanto esses nobres deputados estão aqui lutando pelo governo, eles também estão agora perdendo alguns dos prefeitos e vereadores que os apoiam, porque tem um candidato do governo, um secretário, um diretor comendo nas bases, sufocando. Enquanto os senhores e as senhoras estão nesta Casa defendendo o governo, lá nas bases alguém está sugando, alguém está tirando os seus votos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria de agradecer as palavras de V.Ex^a ao conselheiro Antonio Honorato. E também de solicitar que fizesse uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a será atendido. Quero registrar que fiz justiça.

Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, quero convocar a nossa base, que hoje está pronta para raiar o dia se houver obstrução da Oposição, porque sabe da importância desse projeto para os beneficiários do Planserv, embora não tenha atingido o nosso também claro interesse na emenda do nobre deputado Damasceno.

Portanto, convocamos todos para que venham ao Plenário registrar suas presenças para continuidade desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a também será atendido.

Convoco os Srs. Deputados e as Sr^{as} Deputadas para comparecerem ao Plenário. Há um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão, feito pelo deputado Adolfo Viana.

Solicito que zerem o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, há uma verificação de quórum para a continuidade da sessão. Por favor, compareçam ao Plenário imediatamente para restabelecer o quórum de continuidade da sessão.

Restabelecido o quórum, com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Partido dos Trabalhadores, para falar ou indicar orador por 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o projeto de lei nº 20.488/2013, de autoria do Poder Executivo, que altera o dispositivo da lei nº 9.528, de 2 de junho de 2005, e reorganiza o sistema de assistência à saúde dos servidores públicos da Bahia.

Para discutir, o primeiro orador, numa inversão da ordem, o deputado Carlos Geilson. O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado Carlos

Geilson por 20 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente Yulo Oiticica, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, meu amigo Carlinhos Brasileiro, que deveria ser o Líder do governo por ser um deputado educado, lhamo, urbano, civilizado, trata todos os colegas com muita gentileza. Mas, Srs. Deputados, eu quero fazer reparos a esse projeto do Executivo. Foram apresentadas duas emendas: uma do deputado Deraldo Damasceno, que contempla a mãe do servidor; outra do deputado Augusto Castro, que é uma emenda mais ampla por abranger o pai e a mãe do servidor, ou seja, os genitores.

O relator da matéria, deputado João Bonfim, não foi sensível e não levou em conta a necessidade de se incluir, no plano, os nossos velhinhos ou os nossos idosos. Vejam, este é um governo que fala de inclusão e de atenção às pessoas da terceira idade. No entanto, quando o governo tem a oportunidade de incluir essas pessoas no plano, não o faz simplesmente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Um aparte, nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Com prazer, deputado João Carlos Bacelar.

Então essas pessoas foram limadas ao receber do relator um pontapé quando foram excluídas do plano lamentavelmente.

Mas quero aqui dizer que fico triste, porque, pela sensibilidade do deputado João Bonfim, esperava que ele acolhesse uma das emendas. Assim não o fez para nossa tristeza, meu caro deputado João Carlos Bacelar.

Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar para um aparte.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Carlos Geilson, desculpe-me por interromper o brilhante pronunciamento que V.Ex^a faz. Mas tenho, aqui, de expressar e, com certa urgência, a minha solidariedade ao Exm^o Sr. Coronel e Comandante da Polícia Militar da Bahia que, segundo a imprensa, acabou de ser assaltado na Pituba. (Risos)

O Sr. CARLOS GEILSON:- Fala sério! (Risos)

O Sr. João Carlos Bacelar:- O coronel, comandante da Polícia Militar, acaba de ser assaltado na Pituba. (Risos)

O Sr. João Bonfim:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. João Carlos Bacelar:- A imprensa está noticiando nos *blogs*. Acabaram de levar a carteira de cédulas e o celular do senhor comandante. Na Bahia, nem mesmo o comandante geral da Polícia Militar está livre da insegurança!

O Sr. CARLOS GEILSON:- Quero me pronunciar sobre a segurança pública.

Mas, agora, ouço com muito prazer o deputado João Bonfim. Posso não concordar com V.Ex^a, mas defenderei sempre a possibilidade de fazer o contraditório.

O Sr. João Bonfim:- Nobre deputado Carlos Geilson, agradeço sua compreensão, até porque é praxe, nesta Casa, quando um parlamentar é citado e pede o aparte, é praxe ser concedido um aparte. Mas, de qualquer forma, agradeço.

O meu aparte é para esclarecer os fatos. Não faltou sensibilidade de minha parte, pois sou bastante sensível às questões colocadas nesta tarde. Porém, veja o que ocorreu com relação a esse processo. Quanto às emendas apresentadas, tive o cuidado de examinar cada uma delas. Das quatro emendas apresentadas, eu aproveitei três.

Vejam, das quatro emendas apresentadas pela Bancada de Oposição, assinadas pelo deputado Carlos Gaban, eu aproveitei três.

Bem, eu tive de rejeitar uma emenda, porque não era possível o atendimento em razão do alcance do que ali estava sendo proposto. Tive a oportunidade de explanar na reunião das comissões ao mostrar a inviabilidade daquela emenda que pretendia estender o atendimento a familiares dos servidores do estado pelo Planserv.

Mas gostaria, deputado Carlos Geilson, de dizer que os deputados, que compõem aquela comissão e este Plenário, têm a prerrogativa e têm o direito de votar contrário à minha emenda e, se for o caso, aprová-la.

Então, só para esclarecer a fim de não ficar parecendo que foi, exclusivamente, o deputado João Bonfim quem se posicionou contra a emenda. A proposição foi derrotada pela maioria dos membros das comissões que, ali, se reuniram. Acredito que, aqui, no Plenário, também, se submetida, será derrotada a proposta de ampliar.

Então, só para não ficar parecendo ao servidor do estado que eu, por iniciativa própria e por não ser sensível ao que estava sendo proposto, não acatei a emenda apresentada pela Bancada de Oposição.

Eu tive bastante sensibilidade, analisei cada uma das emendas, aproveitei três delas parcialmente, que ofereciam avanços no que o governo do Estado havia proposto, mas infelizmente não pude acatar esta única pela extensão, pelo alcance que aquela proposição teria nas finanças do Planserv, que é, sem dúvida nenhuma, o maior e melhor plano público de assistência médica ao servidor de todo o Brasil.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Muito obrigado, deputado João Bonfim. V.Ex^a não foi carrasco, foi duro. Poderia, perfeitamente, analisar, buscar nas finanças do Estado, tem dinheiro demais, tem dinheiro para ONG, tem dinheiro para propaganda, tem dinheiro para REDA, tem dinheiro para PST, mas não tem para os velhinhos, aí não tem. O velhinho que se estrepe, o velhinho que se frite, não tem dinheiro, para isso não tem dinheiro.

Ora, ouço dizer que o Planserv é esse plano fantástico, espetacular, maravilhoso. Eu quero falar com você que me assiste pelo Canal Assembleia e que é servidor, que está com o Planserv e que tenta marcar uma consulta. Por exemplo, esta semana um cidadão me procurou para reclamar, porque marcou uma consulta e a moça havia dito: “Venha daqui a dois meses, e venha no horário das 14 às 15, chegue nesse horário, porque as consultas são rápidas, e depois que você marca a consulta leva mais três meses.”

Ora, se a pessoa está com um problema de saúde e leva esse tempo todo para ser atendido, se for uma coisa grave, 'babau', já passou dessa para outra.

Eu não vou dizer, e não serei leviano em dizer que o Planserv é um plano ruim, que não presta, que não serve; não, mas ele precisa ser aprimorado, precisa ser melhorado, e os velhinhos precisam, também, estar no Plano, precisam ser segurados do Planserv.

O deputado João Bonfim disse que a Casa tem autonomia para acolher a emenda e derrotar o seu relatório. Mas, o que esperar de uma base como esta que diz amém, amém, amém. É como se fosse um maestro regendo uma orquestra: sobe o

tom, baixa o tom, sobe o tom de Coité, baixa o tom.

Então, eu não vou esperar nada, mas quero deixar o meu posicionamento: estou solidário, consoante à emenda do deputado Augusto Castro, que contempla pais e mães como segurados do Planserv. Precisamos dos velhinhos com maior assistência, justamente quando você chega na terceira idade, que precisa de um acolhimento, de um carinho, de uma atenção, você não tem essa oportunidade.

Não é possível que os deputados do governo não sejam sensíveis a esse pleito. Ora, meu Deus, se tem gastos, vamos buscar as fontes, as receitas, o Estado tem demais, agora está com a blitz do IPVA, depois chegam lá nos Detrans e aumentam os preços disso, daquilo, Secretaria da Fazenda em cima dos empresários, querendo faturar, querendo mais impostos, mais dinheiro nos cofres. Para que isso? E na hora do benefício, na hora de fazer um gesto tão bonito como este, o governo não aceita.

Faço aqui um apelo aos deputados: pensem nos velhinhos e nas velhinhas que seriam contemplados por essa emenda.

Deputado Marquinho Viana, V.Ex^a que vem de lá de Barra da Estiva, um cidadão cordato, generoso, não ouça o Líder do governo, neste momento, vote com o seu coração. Vote com as pessoas que já chegaram à terceira idade, que precisam e ficariam felizes se essa emenda fosse contemplada. Sei que V.Ex^a é obediente ao governo, não diria que é um deputado lagartixa, mas diz amém. Porém sei também que não dirá amém a esse projeto. V.Ex^a tem sido correto com o governador Jaques Wagner, portanto não seguir a orientação do Líder num só projeto, não quer dizer rebeldia. Quer dizer sensibilidade com os problemas das pessoas que já chegaram à terceira idade. Portanto, faço um apelo a V.Ex^a para que se junte a nossa voz, que esteja conosco nessa luta para contemplar os nossos velhinhos nesse plano.

Fico aqui a me perguntar: por que não dar esse presente às pessoas da terceira idade? Aí o Líder diz: “Porque , haverá gastos.” Mas são gastos necessários, importantes. Meu querido Carlinhos Brasileiro, por que não faz pelos nossos velhinhos? A gente faz o que pode e até o que não pode. E o deputado Zé Neto tem a mãe dele, professora Maria Santana, que está na terceira idade e poderia ser contemplada. Mas ele é duro, é radical, joga pesado nos velhinhos. Ele tira o sonho dos velhinhos e velhinhas.

Já imaginou se déssemos um presente de Natal, de final de ano a essas pessoas, deputado Adolfo Viana? Seria um presente inesquecível. Eu apelo, peço, rogo e imploro aos deputados governistas, não sejam tão radicais, tão draconianos com os nossos velhinhos.

Lembra muito bem o deputado Adolfo Viana, eles não querem dar um presente. Eles querem dar um castigo nesse final de ano. Esse é o governo que vai para a televisão com a propaganda muito bem elaborada e articulada. E se você não tem uma visão crítica acaba sendo engabelado, ludibriado.

Portanto, Srs. Deputados, estamos agora diante de um projeto que pode contemplar os nossos velhinhos, incluindo-os no Planserv. Penso na minha mãe, com 84 anos, professora aposentada, não tem o Planserv. É aposentada pelo município. Mas se eu pudesse chegar em casa e dizer: “Minha mãe, a senhora está incluída no

plano.” Como ficaria alegre e feliz a minha velhinha.

Você, que é servidor, se chegasse em casa e dissesse aos seus pais que os deputados da Assembleia teriam aprovado uma lei e que agora eles teriam direito ao Planserv. Imagine se esses servidores chegassem em casa e dissessem: “Meu pai, o senhor agora tem direito ao Planserv.” Que coisa maravilhosa nesse clima que toma e invade todos nós, esse clima de final de ano, com o Natal batendo na nossa porta.

Mas não, o Líder do governo é cruel. O Líder do governo é perverso, não aceita discutir. Impõe sem ouvir. É terrível isso. Determina e não aceita o debate. Não aceita o diálogo para que possamos apresentar alternativas. E tem alternativas, sim. Mas a vontade do Líder do governo é passar um trator, é desrespeitar as pessoas da terceira idade. Não me venha com esses argumentos, com essa churumela de que não tem dinheiro. O Estado faz propaganda até de coisas bobas, coisas ínfimas, coisas sem sentido. Aí tem dinheiro, mas não tem dinheiro para uma causa tão nobre, tão justa, que é incluir os velhinhos no Planserv.

Mas quero falar sobre a notícia que deu há pouco o deputado João Carlos Bacelar, que foi secretário de Educação do município de Salvador. Ouçam vocês que estão aí nas galerias, o coronel da PM, o comandante da PM foi assaltado. Ora, num Estado em que o coronel, o homem que manda na PM é assaltado, vai se esperar o quê, pelo amor de Deus? É a falência completa dessa segurança pública. O homem que anda com um aparato, uma estrutura em torno de si, e foi assaltado! João Carlos, V.Ex^a deu a notícia verdadeira mesmo ou é brincadeira?

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- O assunto é sério. Num Estado onde o comandante da PM é assaltado, você que está na periferia vai se livrar como dessa violência? Quem me assiste agora no *Canal Assembleia*, quem não já teve um membro da família assaltado?

O Sr. Deraldo Damasceno:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- O deputado Luciano Simões pediu primeiro, meu caro deputado Deraldo Damasceno. Em seguida ouço V.Ex^a com muito prazer.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oitica): - Quero lembrar que V.Ex^a só tem 40 segundos.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Carlos Geilson, o meu discurso na tarde de hoje, antes de ter conhecimento de que o comandante da polícia militar foi assaltado na Boca do Rio, foi para saber o porquê dos delegados regionais estarem se queixando do governo não pagar as escalas dos policiais civis e militares. O que está fazendo com que a Bahia seja líder no *ranking* da violência nacional. O que ocorre? O gasto de 2007 a 2012 com a segurança pública foi de R\$ 285 milhões. Com a propaganda mentirosa e com a publicidade foi de R\$ 675 milhões. É isso que envergonha os baianos, é isso que demonstra que é um governo incompetente e irresponsável, desviando recursos para tratar de atividades que não foram realizadas pelo governo. Como é o caso da Via Expressa, obra exclusiva do governo federal e que o governo do Estado gastou milhões de reais para demonstrar ao povo da Bahia que teria sido uma obra sua.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica): - Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado Yulo Oiticica, V.Ex^a não vai cercear a fala do deputado Deraldo Damasceno.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Sou sempre generoso com V.Ex^a. Pois não, deputado Deraldo Damasceno.

O Sr. Deraldo Damasceno:- Quando se fala em segurança pública, o coração bate muito forte. Segurança pública de fato é algo imprescindível na vida da sociedade. Vejo, e hoje também estou aqui como político, que falamos muito em segurança pública em nossos comícios quando pretendemos um cargo eletivo, e quando somos eleitos em todas as esferas os discursos ficam para trás. Tenho dito por onde passo que não adianta ter tudo na vida, porque é imprescindível ao ser humano a educação que promove a transformação social do indivíduo, a saúde que o faz de pé e o trabalho digno que o mantém. E sem segurança nada disso é válido.

Tenho visto que o problema de segurança pública não é só na Bahia, é no Brasil inteiro. Tenho conversado com o governador a respeito e ele tem dito que reconhece que hoje, na Bahia, o nosso problema chama-se efetivo policial. E V.Ex^a sabe disso que mora no interior e vê a carência de efetivo policial. Conversando com o governador, ele alega que não pode contratar mais pessoal em razão da lei de responsabilidade fiscal que o impede. E por que os parlamentares estaduais não buscam os federais para que esses criem dispositivos na lei que dê mais mobilidade aos governadores para esse fim?

Acho que esse problema da segurança pública tem que ser realmente discutido incansavelmente porque sem segurança ninguém pode ser feliz, sem segurança ninguém pode ter paz, sem segurança não há progresso.

Muito obrigado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Gostaria de ouvir V.Ex^a mais ainda que tem muito a acrescentar.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Por favor, deputado. Tenho sido muito generoso com V.Ex^a. Por favor, conclua.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Vou concluir dizendo o seguinte: deputado Deraldo Damasceno, basta que o governo diminua um pouco a propaganda, a falácia, que vai ter dinheiro para a segurança pública.

Muito obrigado, meu caro deputado Yulo Oiticica, pela sua generosidade.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o próximo orador, deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 20 minutos.

Antes, porém, quero registrar a presença do vereador Ari, de Teodoro Sampaio, nobre liderança do movimento social, das comunidades organizadas, dos direitos humanos e representa muito bem a luta sindical e social naquela Câmara de Vereadores, aqui acompanhado de Luciano Ramos e outros companheiros. Prazer em recebê-los no nosso meio.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, faço aqui mais uma vez, colegas parlamentares de Teodoro Sampaio, bem-vindos a esta Casa, um apelo ao Líder do governo para que não nos coloque nessa situação de ter que amanhecer aqui o dia discutindo. É muito bom para o líder que liga para o Palácio: governador, estou aqui defendendo V.Ex^a, olhe os contratos de Feira de Santana; governador, estou colocando a Bancada para votar, olhe as minhas nomeações de Feira de Santana. E aí o líder fica forte em Feira de Santana e submete a Bancada a esse constrangimento, submete a Bancada a essa situação. Vejam, a Bancada de Oposição vai obstruir.

Só aqui teremos mais umas 3 horas para discutir esta malvadeza que querem fazer contra o funcionalismo público da Bahia. E isso vem encoberto pelo manto da bondade. Mas o rancor e a mania de perseguição, ou seja, de tudo o que o PT tem, através desta “companheirada”, está presente neste projeto.

Imagine, deputado Luciano Simões, eles admitem estender os benefícios do Planserv a servidores que ocuparam cargos em comissão e não são funcionários do estado, mas que tenham exercido essa função por 10 anos ininterruptos, imediatamente anteriores à aposentadoria!

Pergunta-se e responde-se: quem está nessa situação? As pessoas que ocupam cargos comissionados. A quantos anos o PT está no governo do estado? Há 8 anos. Quais serão os funcionários que terão 10 anos ininterruptos? São os ocupantes de cargo em comissão do governo Jaques Wagner.

É esta a imoralidade constante no projeto e a mesma vem encoberta pelo manto da bondade. O Sr. Governador diz: (lê) *“A presente proposição tem por objetivo possibilitar que sejam incluídos como beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, Planserv, os empregados ativos e inativos de fundações privadas instituídas pelo estado, e os servidores públicos que tenham exercido por mais de 10 anos cargos exclusivamente comissionados no serviço público estadual já aposentados, ou que venham se aposentar e que tenham exercido por mais de 10 anos imediatamente anteriores à inativação.”*

Este é um projeto de lei com carimbo e com retrato 3x4. Certamente, este é um projeto de lei para beneficiar algum companheiro petista que está na máquina pública estadual. É a “companheirada”! A população que se dane! Repito, a população que se dane!

Por que não incluir no projeto como beneficiário, segundo sugestão da Oposição, o genitor de qualquer idade inválido ou dependente economicamente do segurado? Seria esta a coisa mais justa, deputada Maria Luiza, repito, a coisa mais justa! Os genitores do servidor público de carreira – o pai e a mãe – seriam contemplados, pois este é servidor da máquina do estado e não da máquina partidária.

Vejam, eles aparelham tudo! Por onde este PT passa, tudo é aparelhado. Eles não têm mais nem militância, porque a militância está toda empregada na máquina estadual. E, agora, eles estão empregados na máquina previdenciária!

No entanto, eles fazem um discurso bonzinho e bonitinho ao dizer que eles defendem trabalhador?! Que trabalhador defende?! Porque se eles defendessem o trabalhador, estariam protegendo o pai e a mãe do servidor que não tem condições econômicas de, ao final da vida, ter acesso a um sistema de saúde justo.

É tudo feito assim! É tudo feito para beneficiar A, B ou C. São, ilustre Líder, os chamados projetos de lei com foto. Esta é a lei com foto 3 x 4!

Vou dizer isso publicamente. O próprio Líder do Governo reconhece a justiça da reivindicação! Mas, como disse o deputado Geilson, o coração do deputado Zé Neto virou um coração de pedra, repito, de pedra! O deputado mais combativo que esta Casa já teve! Defendia os trabalhadores! E hoje, infelizmente, o discurso é uma coisa e a prática é outra. Aliás, isso é em tudo!

Há aqui um tema muito caro ao deputado Rosemberg Pinto, que eu sei, e hoje o deputado escreveu um artigo publicado no jornal *A Tarde* sobre o petróleo. Eram contra a privatização da Petrobras, por que privatizaram?! Eram contra a privatização do pré-sal, e entregaram o pré-sal às grandes corporações internacionais. E a presidente da Petrobras disse que a Petrobras tem condições técnicas de explorar o pré-sal! E a presidente Dilma, que defendia o patrimônio nacional, hoje, é a maior privatista, entregando o patrimônio nacional. É assim! Nada mais parecido com os governos de orientação extremamente capitalista do que a área econômica dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Infelizmente, assim como é no governo estadual, é no governo federal, não há competência técnica para tocar. No caso da Bahia, por exemplo, encontram as finanças do Estado totalmente arrumadas, quebram o Estado, não pagam a ninguém! Nunca antes na história deste Estado, os empresários foram aos jornais e pagaram uma nota pública cobrando o calote que o governo do Estado deu no empresariado baiano. E, agora, novamente! Resolvem os problemas de três, quatro ou cinco apadrinhados e abandonam os trabalhadores. Por quê? Qual é o impacto disso no orçamento do Planserv de incluir o pai ou a mãe de um trabalhador que, comprovadamente, não tenha condições econômicas? Qual é o impacto disso?! Ninguém estuda! Ninguém faz os cálculos! Acontece como na taxa de incêndio, em que criaram esse monstro!

E estamos aqui, servidor do Estado da Bahia, nesse esforço de obstrução para mostrar que a saúde do trabalhador não é prioridade para a atual administração e não é objeto de preocupação do governador do Estado.

O Sr. Relator, no seu parecer, volta chamar a atenção para o fato de que a proposição tem por objetivo possibilitar que sejam incluídos como beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado – Planserv – os empregados ativos e inativos de fundações privadas instituídas pelo Estado e os servidores públicos que tenham exercido por mais de 10 anos cargos exclusivamente comissionados.

Depois de muita denúncia, muito trabalho, eles aceitaram incluir a emenda da Bancada da Oposição, que, inclusive, obedece ao que determinam várias leis federais

sobre a matéria, como a Lei nº 9.656/98, aprovada pelo Congresso Nacional, que no art. 31 diz: “Ao aposentado que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta lei, em decorrência de vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 anos...” Não diz a lei federal que teriam de ser 10 anos ininterruptos, 10 anos seguidos, mas, sim, pelo prazo mínimo de 10 anos.

Da maneira como o projeto de lei foi redigido e encaminhado a esta Casa, só beneficiaria os ocupantes de cargos em comissão da atual administração, nomeados pela atual administração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o deputado Augusto Castro e a Liderança da Oposição, em conjunto, apresentaram seis emendas com o objetivo de corrigir distorções constantes no projeto, e também fazer com que o projeto tenha um alcance social muito maior. Não foram acatadas, salvo a emenda que corrigia essa questão dos 10 anos ininterruptos.

Estamos, aqui, dispostos a contribuir com o governo porque não somos do “quanto pior, melhor”. Suspendemos, inclusive, a obstrução, haja vista que já dissemos quais são os problemas constantes no projeto. Três ou quatro deputados da Oposição já vieram a esta tribuna denunciar o caráter perverso do projeto.

Assim, fazemos um apelo para que o Sr. Líder limite a votação hoje a apenas esse projeto, a fim de que suspendamos a obstrução e tenhamos tempo de estudar os novos projetos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o nobre deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Considerando que está havendo um diálogo entre as Lideranças da Maioria e da Minoria, peço a V.Ex^a que suspenda a sessão por 10 minutos, até que...

O Sr. Zé Neto:- Já fechamos.

O Sr. Luciano Simões:- Então, Ordem do Dia, Sr. Presidente. Pode colocar na Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Em discussão?

O Sr. Luciano Simões:- Encerrada a discussão, Sr. Presidente, em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Em virtude de acordo das Lideranças, declaro encerrada a discussão e submeto a votação o Projeto de Lei nº 20.488/2013, de procedência do Poder Executivo, que altera o dispositivo da Lei nº 9.528 de 22/06/2005, que reorganiza o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 20.488/2013

Altera dispositivos da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, que reorganiza o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - O art. 4º da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“**Art. 4º** -

VIII - os empregados ativos de fundações instituídas pelo Estado, com personalidade jurídica de direito privado;

IX - os empregados inativos de fundações instituídas pelo Estado, com personalidade jurídica de direito privado;

X - os servidores públicos já aposentados ou que venham a se aposentar à custa do Regime Geral de Previdência Social - RGPS que tenham exercido, por 10 (dez) anos, contínuos ou não, cargo de provimento temporário no serviço público estadual, anteriores à inativação, e tenham contribuído, na qualidade de beneficiários, para o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais durante este período, desde que tenham exercido cargo de provimento temporário por período de, no mínimo, 02 (dois) anos ininterruptos no serviço público estadual imediatamente anteriores à aposentadoria.”

Art. 2º - Os dispositivos da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, abaixo indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º** - Poderão ser beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, na condição de dependentes dos titulares indicados nos incisos I, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 4º desta Lei:

.....
.....”

“**Art. 6º** - Poderão ser beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, na condição de agregados dos titulares indicados nos incisos I, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 4º desta Lei, desde que não preencham os requisitos para serem beneficiários titulares:

.....”
.....”

“**Art.10-**

I -

a) relativa aos titulares indicados nos incisos I a VI e VIII do art. 4º desta Lei, em valores proporcionais ao respectivo nível de remuneração, de acordo com as faixas estabelecidas na tabela constante do Anexo I desta Lei;

e) relativa aos titulares indicados nos incisos VII, IX e X do art. 4º desta Lei, em valores proporcionais à faixa etária, de acordo com a tabela constante do Anexo III desta Lei;

...”

“**Art.12 -**

I -

a) servidores ativos civis ou militares, empregados ativos de empresas públicas, sociedades de economia mista do Estado e fundações instituídas pelo Estado com personalidade jurídica de direito privado, o valor bruto da remuneração integral do mês, excluídas as parcelas a título de ajuda de custo, diárias, auxílios e abonos pecuniários, adicional de férias, gratificação natalina e aquelas de caráter indenizatório;

f) empregados inativos de empresas públicas, sociedades de economia mista do Estado, fundações instituídas pelo Estado com personalidade jurídica de direito privado e servidores públicos aposentados à custa do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos do inciso X do art. 4º desta Lei, mediante a aplicação da tabela prevista no Anexo III desta Lei, de acordo com a faixa etária;

.....”
.....”

“Art. 15 -

Parágrafo único - O pagamento da contribuição dos empregados inativos de empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações instituídas pelo Estado com personalidade jurídica de direito privado e dos servidores públicos aposentados à custa do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos do inciso X do art. 4º desta Lei, dar-se-á mediante boleto bancário.”

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover os atos necessários às modificações orçamentárias para o cumprimento do disposto nesta Lei, respeitando os valores globais constantes do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2013.

Deputado João Bonfim
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma matéria constante na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*